TRABALHO COLABORATIVO E ACESSIBILIDADE DIGITAL:
articulações entre docentes, AEE e profissional de apoio escolar

Nayara Wilma de Jesus Pedrozo
Universidade Federal do Maranhão - UFMA (Brasil)
na.yarawjp@gmail.com
Fabiana Santos Silva
Universidade Federal do Maranhão - UFMA (Brasil)
santospsifabiana@gmail.com

Resumo: A garantia do direito à educação inclusiva depende da eliminação das barreiras que restringem o acesso, a permanência, a participação e a aprendizagem dos estudantes que integram o público da Educação Especial. No contexto contemporâneo, essas barreiras também se manifestam nas atividades mediadas por tecnologias digitais, quando plataformas, materiais, dispositivos e formas de comunicação não consideram diferentes modos de interação, percepção e expressão. A presença de recursos de tecnologia assistiva pode ampliar a autonomia e a participação dos estudantes, mas sua simples disponibilização não assegura inclusão. A escolha, a configuração, o acompanhamento e a avaliação desses recursos exigem decisões pedagógicas articuladas e conhecimento sobre as necessidades educacionais de cada estudante. Nesse cenário, o professor da classe comum, o professor do Atendimento Educacional Especializado e o profissional de apoio escolar ocupam posições diferentes, porém complementares. O problema que orienta o estudo consiste em compreender de que maneira o trabalho colaborativo entre esses profissionais pode favorecer o planejamento e a utilização de recursos digitais e de tecnologia assistiva sem transferir ao profissional de apoio responsabilidades docentes ou individualizar nele a obrigação de promover a inclusão. O objetivo é analisar as contribuições, os limites e as condições necessárias ao trabalho colaborativo entre docentes, Atendimento Educacional Especializado e profissional de apoio escolar na promoção da acessibilidade digital, da autonomia e da participação dos estudantes nas atividades escolares. A discussão fundamenta-se na perspectiva da educação inclusiva, na compreensão da acessibilidade como condição de participação e no trabalho colaborativo como processo baseado em compartilhamento de informações, definição de responsabilidades, planejamento conjunto, acompanhamento e avaliação das estratégias utilizadas. Diferencia-se trabalho colaborativo de mera divisão de tarefas. Colaborar não significa reunir profissionais no mesmo espaço ou encaminhar ao Atendimento Educacional Especializado aquilo que não foi resolvido na sala comum. Também não significa atribuir ao profissional de apoio a elaboração de atividades, a adaptação curricular ou a condução do ensino. A colaboração pressupõe objetivos comuns, comunicação contínua e atuação institucionalmente organizada, preservando as especificidades de cada função. Trata-se de pesquisa qualitativa, de natureza bibliográfica e documental. O corpus documental foi constituído pela Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, pela Política Nacional de Educação Digital, pela Política Nacional de Educação Especial Inclusiva e pela regulamentação federal referente aos serviços e aos apoios educacionais. A dimensão bibliográfica reuniu produções diretamente relacionadas ao ensino colaborativo, à atuação do profissional de apoio escolar, à tecnologia assistiva, à acessibilidade e ao compartilhamento de conhecimentos entre profissionais da Educação Especial e do ensino comum. Foram priorizados estudos publicados entre 2023 e 2025, complementados por uma produção de referência sobre ensino colaborativo publicada em 2014. O material foi submetido à leitura

interpretativa e organizado em quatro núcleos: planejamento compartilhado; delimitação e complementaridade das funções; seleção e acompanhamento dos recursos de acessibilidade; e condições institucionais para a colaboração. Os resultados indicam, inicialmente, que o planejamento compartilhado permite relacionar as características do recurso digital aos objetivos curriculares, às barreiras encontradas pelo estudante e às formas de apoio necessárias. O professor da classe comum contribui com o conhecimento do currículo, dos objetivos da atividade e da dinâmica da turma. O professor do Atendimento Educacional Especializado identifica barreiras, recursos de acessibilidade e estratégias que favoreçam a participação, articulando o atendimento às atividades desenvolvidas na classe comum. O profissional de apoio escolar oferece informações produzidas na convivência cotidiana, auxilia o estudante no uso dos recursos indicados e observa dificuldades relacionadas à comunicação, à interação, à mobilidade e à autonomia. Essa participação, contudo, deve ocorrer sob orientação pedagógica e não transforma o profissional de apoio em professor substituto. O segundo núcleo evidencia que a colaboração requer atribuições claras. Quando as responsabilidades não são delimitadas, o profissional de apoio pode ser levado a permanecer exclusivamente ao lado do estudante, executar atividades sem participação no planejamento ou assumir decisões pedagógicas para as quais não foi contratado ou formado. Essa configuração reforça relações de dependência, isola o estudante dos colegas e permite que os demais profissionais se afastem da responsabilidade pelo processo inclusivo. Em sentido contrário, a definição de responsabilidades possibilita que o apoio seja oferecido na medida necessária e retirado ou reorganizado à medida que o estudante desenvolve autonomia. O terceiro núcleo mostra que os recursos digitais e de tecnologia assistiva precisam ser selecionados e avaliados coletivamente. Um aplicativo, comunicador, leitor de tela, teclado adaptado, recurso de comunicação alternativa ou material multimodal somente se torna pedagogicamente relevante quando responde a uma barreira concreta e se integra às experiências de aprendizagem da turma. O acompanhamento colaborativo permite verificar se o recurso amplia participação e expressão ou se produz novas formas de separação, exposição e dependência. A análise também aponta que a tecnologia não deve restringir o estudante a tarefas paralelas e simplificadas, mas favorecer sua participação nos mesmos objetivos educacionais, com diferentes meios de acesso, realização e comunicação. O quarto núcleo reúne obstáculos institucionais recorrentes: ausência de tempo para planejamento coletivo, comunicação descontínua entre sala comum e Atendimento Educacional Especializado, formação insuficiente para o uso pedagógico das tecnologias, infraestrutura inadequada, indefinição das atribuições do profissional de apoio e concentração das decisões em ações individuais. Tais dificuldades demonstram que a colaboração não depende apenas da disposição pessoal dos profissionais. Ela requer organização dos horários, acompanhamento da equipe pedagógica, formação continuada e registro das estratégias, das responsabilidades e dos resultados observados. Conclui-se que o trabalho colaborativo constitui condição importante para que a acessibilidade digital e a tecnologia assistiva sejam incorporadas ao processo educacional como instrumentos de participação e aprendizagem. O profissional de apoio escolar pode contribuir significativamente nesse processo, especialmente no auxílio ao uso dos recursos e na observação das necessidades cotidianas, desde que sua atuação esteja articulada ao planejamento docente e às orientações do Atendimento Educacional Especializado. A inclusão digital torna-se mais consistente quando deixa de depender de iniciativas isoladas e passa a integrar uma responsabilidade coletiva da escola, orientada pela autonomia do estudante, pela acessibilidade curricular e pela participação em condições de pertencimento. O estudo vincula-se ao eixo Educação Especial na Perspectiva da Educação

Inclusiva e dialoga com a temática da inovação tecnológica ao defender que a eficácia dos recursos digitais depende das relações de colaboração que sustentam seu uso pedagógico.

Palavras-chave: trabalho colaborativo. profissional de apoio escolar. tecnologia assistiva.

Referências

ALMEIDA, Rodrigo Silva; BRANCO, Ana Paula Silva Cantarelli; CALHEIROS, David dos Santos. A tecnologia assistiva no cenário educacional brasileiro: uma revisão integrativa de literatura. **Revincluso - Revista Inclusão & Sociedade**, Santo André, v. 5, n. 1, 2025. DOI: https://doi.org/10.36942/revincluso.v5i1.1085.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. Brasília, DF: Presidência da República, 2015. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 20 set. 2026.

BRASIL. Lei nº 14.533, de 11 de janeiro de 2023. Institui a Política Nacional de Educação Digital. Brasília, DF: Presidência da República, 2023. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/lei/l14533.htm. Acesso em: 20 set. 2026.

BRASIL. Decreto nº 12.686, de 20 de outubro de 2025. Institui a Política Nacional de Educação Especial Inclusiva e a Rede Nacional de Educação Especial Inclusiva. Brasília, DF: Presidência da República, 2025. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2025/decreto/d12686.htm. Acesso em: 15 set. 2026.

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria MEC nº 421, de 15 de maio de 2026. Dispõe sobre a Política Nacional de Educação Especial Inclusiva e sobre a Rede Nacional de Educação Especial Inclusiva. Brasília, DF: MEC, 2026. Disponível em: https://mecnormas.mec.gov.br/pesquisa/detalhar/11240. Acesso em: 15 set. 2026.

CASAGRANDE, Rosana de Castro; OLIVEIRA, Jáima Pinheiro de. Propostas para o ensino na Educação Especial: contribuições do campo acadêmico brasileiro. **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v. 19, e22614, 2024. DOI: https://doi.org/10.5212/praxeduc.v.19.22614.006.

COUTO, Veleida Maria Costa; SALMITO, Vívian Almada Dutra. A formação do profissional de apoio escolar da educação inclusiva no Brasil. **Revista de Estudos em Educação e Diversidade**, v. 6, n. 13, p. 1-15, 2025. DOI: https://doi.org/10.22481/reed.v6i13.18420.

DAL FORNO, Letícia Fleig; URPIA, Arthur Gualberto Bacelar da Cruz; SILVA, Luiz Fernandes da. O compartilhamento do conhecimento entre professores da Educação Especial e do ensino regular: um estudo de caso. **Revista Educação Especial**, Santa Maria, v. 37, n. 1, 2024. DOI: https://doi.org/10.5902/1984686X69308.

MENDES, Enicéia Gonçalves; VILARONGA, Carla Ariela Rios; ZERBATO, Ana Paula. **Ensino colaborativo como apoio à inclusão escolar: unindo esforços entre educação comum e especial.** São Carlos: EdUFSCar, 2023.

VILARONGA, Carla Ariela Rios; MENDES, Enicéia Gonçalves. Ensino colaborativo para o apoio à inclusão escolar: práticas colaborativas entre os professores**. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, v. 95, n. 239, p. 139-151, 2014. DOI: https://doi.org/10.1590/S2176-66812014000100008.